



1910-2010

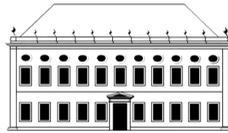
**COMUNICAÇÃO
E EDUCAÇÃO
REPUBLICANAS**

R

Ana Teresa Peixinho
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Email: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

REVISÃO

Maria da Graça Pericão

ISBN

978-989-26-0106-9

Isabel Baltazar
Universidade Nova de Lisboa

O PROJECTO PORTUGUÊS DOS *ESTADOS UNIDOS DA EUROPA*
DE SEBASTIÃO DE MAGALHÃES LIMA

Os Estados Unidos da Europa não constituem um sonho: existem já dentro da nossa mentalidade, dentro da nossa alma...

Ortega y Gasset

Neste estudo pretendemos apresentar a versão portuguesa dos *Estados Unidos da Europa* de Charles Lemonnier – por Sebastião de Magalhães Lima, um defensor do Republica- nismo com pendor de um socialismo utópico.

A Europa constituiu sempre objecto de reflexão por parte dos políticos, historia- dores e intelectuais em Portugal. No período que nos ocupa, a partir de 1870, essa reflexão acompanhou a própria reflexão sobre Portugal, procurando razões internas para a crise nacional, e encontrando na Europa uma saída para dar um futuro a Portugal.

É sobretudo neste contexto de problematização da identidade nacional que se pensa a Europa, ela própria, também, às voltas com o seu destino. A questão dos nacionalismos europeus exacerbados põe em risco a paz e a hegemonia europeias. A Europa corre perigos que precisam de ser acautelados. Por isso, os europeus procuram apontar caminhos e encontrar soluções para os conflitos que parecem não ter fim. E, de uma forma ou de outra, todos parecem concordar na necessidade de unir a Europa. Será nesse contexto que a várias vozes ouviremos a apologia dos Estados Unidos da Europa. Nesses europeus, estão, também, os portugueses que não deixam de pensar a Europa, ao mesmo tempo que se pensam a si próprios.

João Andrade Corvo é um bom exemplo. Na sua obra *Perigos* faz uma profunda análise da situação europeia, constatando que a Europa está em mudança, fazendo prever conflitos continuados entre as nações que a querem dominar. A vontade de poder das potências europeias está de tal forma acesa que são iminentes perigos para as nações mais pequenas; “No meio do perigo universal, é imenso o perigo para as pequenas nações. Onde a força domina só, os fracos são sacrificados à cobiça brutal dos fortes”⁸⁹. Que fazer? O próprio responde: “É tempo de que a verdade se faça ouvir, para que a dissolução social não traga rapidamente à Europa uma época tenebrosa de feroz violência e de barbaria. Acudamos todos pelo direito, pela moral social e pela verdade. Quando são tantos e tão grandes os perigos olhemos também nós, os portugueses, pelos nossos interesses. Proclamemos também os nossos direitos e mostremos ter a consciência dos nossos deveres e a força de os cumprir”⁹⁰.

Perante tal gravidade, soluções difíceis se exigem para todos os que vivem na Europa. Mas, igual situação parece viver Portugal. Também este vive momentos difíceis para os quais procura uma saída. A um grande passado histórico, sucedem-se, agora, momentos de crise, que exigem um programa de salvação nacional, só possível pelo patriotismo de todos. Assim, tanto a Europa como Portugal parecem precisar de um rumo novo. A primeira resolvendo a guerra entre a França e a Prússia, conflito que abala o mundo civilizado; o segundo resolvendo as grandes questões nacionais. Para isso, muito ajudará, em sua opinião, uma boa ligação com Espanha: “Prova de bom juízo e de elevadas qualidades políticas é a constante harmonia que têm mantido até hoje em todas as suas relações as duas nações da Península, no meio das agitações gravíssimas que se sucedem na Europa, e das paixões que por vezes têm excitado o espírito público”⁹¹.

A Europa terá de recuperar o seu passado e desejar manter as suas raízes enquanto civilização. Por isso, há que evitar a constituição de impérios que absorvam as pequenas nações, sem as quais essa Europa perderá a sua identidade. O espírito europeu não pode ser mutilado. Para isso, precisa de afastar uma política de dominação

⁸⁹ João Andrade Corvo, *Perigos*, Lisboa, Typografia universal, 1870, p. 3.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 98.

e conservar os pequenos estados, todos unidos para conservar a grandeza europeia: “Todas as grandes nações, apreciando os seus interesses com a elevação moral, que é do dever dos fortes manter nas suas resoluções e nos seus actos, devem trabalhar efectiva e eficazmente pela paz, e por dar à Europa uma constituição política assente no direito e na justiça, que assegure, quanto possível, a tranquilidade, a prosperidade e a liberdade dos povos”⁹². Nenhum estado europeu poderá ficar indiferente à guerra dos outros, todos perdendo com os perigos que ameaçam a civilização da liberdade e do direito. Grande é, por isso, a tarefa de uma Inglaterra que não poderá assistir, indiferente, à ruína de França, que conduziria à própria ruína da Europa. Como indiferentes não estão os próprios Estados-Unidos da América que abraçam a Europa de oriente a ocidente, aliando-se à Rússia e à democracia. Mas a guerra continua. Um império ameaça suceder a outro império. A gloriosa França do passado é esmagada pela poderosa Alemanha. A Turquia ameaçada; a Áustria em perigo, toda a Europa parece desmoranar-se. Mas ainda havia uma saída: pela liberdade e pela democracia. João Andrade Corvo termina com um aviso:

Contemplando ansioso a queda dos impérios, os desastres e angústias dos povos, a violência das paixões, a fúria cega das ambições e a onnipotência da força, o mundo descrê do poder da razão e da autoridade do direito. O mundo mede assustado a grandeza dos perigos que o cercam e o ameaçam. as bases morais da sociedade estão profundamente aluídas; e se a consciência humana não acordar e não opuser, enérgica e livre, as leis eternas da justiça aos abusos da força, a civilização terá de passar por longa e dolorosa provação, antes de entrar em nova era de progresso e liberdade⁹³.

Portugal nos *Estados Unidos da Europa*

Na mesma época, António Enes iria mais longe para afirmar a necessidade de integração de Portugal nos Estados Unidos da Europa: “compreendido nos Estados Unidos da Europa, Portugal seria respeitado e livre. O desequilíbrio de força, a desigualdade de população, riqueza, indústria, etc., entre os membros da associação não fariam perigar a independência de nenhum, porque protegeriam os interesses dos outros, e porque os grandes estados se subdividiriam constituindo federações.

⁹² *Idem, ibidem*, p. 146-147.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 162.

Anexados à Espanha actual seríamos absorvidos; associados com a Catalunha, Galiza, Aragão, Castela, etc., seríamos livres e poderosos: poderosos em relação aos membros da federação pela própria força, poderosos em relação às outras potências da Europa pela protecção legal e obrigatória da federação”⁹⁴.

À sua semelhança, e muito anteriormente, também Lopes de Mendonça acreditara na vantagem de inserir Portugal nessa Europa Unida e que os Estados Unidos da Europa seriam um empreendimento forte⁹⁵. Todos conheciam o projecto europeu e acreditavam na vocação europeia de Portugal.

Os *Estados Unidos da Europa* de Charles Lemonnier - por Sebastião de Magalhães Lima

A apologia dos Estados Unidos da Europa teria em Portugal grande entusiasmo a nível das elites culturais⁹⁶. Alguns limitavam-se a reproduzir o que era veiculado na Europa; outros adaptavam a situação europeia à realidade nacional. Mas todos mostravam não desconhecer a novidade do apelo aos *Estados Unidos da Europa* e, de formas muito variadas, e, por vezes, até opostas, davam, em Portugal, ecos desta nova realidade.

Curiosamente, o apelo aos Estados Unidos da Europa teria, em Portugal, dois grandes momentos de afirmação.

O primeiro seria, ainda, no século XIX, aparecendo ligado à própria afirmação da identidade nacional⁹⁷. Nesse contexto, se compreende, também, a preferência por uma unidade europeia, a qual integrasse Portugal, face a qualquer outra forma de ligação do nosso país que significasse dependência e menoridade. Portugal na Europa manteria toda a “dignidade”, o que não aconteceria no caso de uma ligação especial a Inglaterra. Assim, é muito curioso como estávamos tão informados sobre o que

⁹⁴ António Enes, *A Guerra e a Democracia. Considerações sobre a situação política da Europa*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1870, p. 23.

⁹⁵ Lopes de Mendonça, “Democracia portuguesa”, *Revolução de Setembro*, 23 de Outubro de 1952, p. 3.

⁹⁶ Curiosamente, o entusiasmo dos intelectuais não é acompanhado, da mesma maneira, pelos políticos. A estes últimos, a ideia não só não agradava como, na generalidade, ou era indiferente ou mesmo indesejada: o que queria era afirmar-se a ideia de nacionalidade, que nesta época sofria ameaças.

⁹⁷ Este tema será um momento fundamental de necessidade de afirmação da nacionalidade portuguesa face ao ultimatum de 1890. Será nessa época conturbada para o país, que não apenas os intelectuais ou políticos sentem a necessidade de Pensar Portugal, como, também, a opinião pública se “agitará” no sentido de garantir a independência de Portugal.

acontecia na Europa relativamente à ideia de uma unidade. Mais do que uma simples ideia, os *Estados Unidos da Europa* pareciam e apareciam, simultaneamente, como um Programa de Salvação Nacional.

O segundo momento, surgiria, como na própria Europa, a seguir à primeira Guerra Mundial, quando se pretendia encontrar uma saída para uma Europa arruinada e fragilizada face ao Mundo, e, por outro, quando se procurava encontrar uma solução duradoura e que evitasse uma nova guerra. Nessa perspectiva, Portugal, embora não tão envolvido “emocionalmente” como no primeiro caso, não deixava de se sentir parte dessa Europa e solidarizar-se com ela. Mas, os *Estados Unidos da Europa* eram agora pensados de maneira diferente: não de dentro para fora mas de fora para dentro; ou seja, perante os planos de salvação da Europa, e repare-se, não de salvação de Portugal, Portugal vai pensar a Europa, quando, anteriormente, pensava Portugal. Daí o entusiasmo europeu ser, agora, bem diferente, ou, melhor, tomar registos diversos. Mas, mais uma vez, defendendo ou não, como veremos, os *Estados Unidos da Europa*, o que se pretende é salvaguardar a posição de Portugal nessa Nova Europa que se deseja construir. Em todos os casos, Portugal tem sempre uma reflexão que precede a da própria Europa.

O pioneirismo de Sebastião de Magalhães Lima

Sebastião de Magalhães Lima seria, entre nós, uma figura singular. Primeiro por defender a paz europeia, para a qual muito facilitariam os *Estados Unidos da Europa*.

E, sobretudo, por vir a difundir a obra de Charles Lemonnier⁹⁸, precisamente intitulada *Estados Unidos da Europa*, numa versão portuguesa da sua autoria⁹⁹.

Escrita em 1872, e apresentada em Portugal dois anos depois, aquela obra sintetiza bem o eixo central da problemática europeia. As páginas introdutórias partem da constatação de uma evidência: ninguém deseja a guerra mas a guerra existe. Todos são culpados. Governantes e governados tentam evitá-la, por um lado, mas contribuem para que se mantenha. Todos escrevem sobre o assunto. Políticos, filósofos, poetas, economistas e moralistas tentam encontrar razões para a guerra e soluções para a paz. No entanto, a guerra subsiste:

À hora em que escrevemos, ainda o mundo recua horrorizado, em virtude da luta travada entre a França e Alemanha. as duas nações, cujo acordo devia fundar a paz e a liberdade da Europa, revolveram-se ignominiosamente no sangue de seus filhos: uma toda inchada de haver alcançado uma vitória vergonhosa, outra não respirando senão vingança¹⁰⁰.

Este é o estado da Europa: o conflito da Alsácia e Lorena; a França a pagar vinte anos de cesarismo; uma Alemanha convencida do seu poder; uma Europa de soldados e todos trabalhando pela destruição, enquanto os Estados-Unidos da América arrumam as armas:

⁹⁸ Charles Lemmonier foi um grande defensor do sansimonismo desde 1829, tendo, por isso, abandonado a docência de Filosofia no Colégio de Loreze, para conservar, segundo o próprio, toda a liberdade de pensamento. Após obter o grau de Doutor em Direito, em 1834, fica em Bordéus durante doze anos, continuando a escrever. Volta a Paris e participa na fundação da *Revista Religiosa e Científica*, que pouco depois seria suspensa, continuando, também, a difundir as ideias de Saint-Simon. Esteve presente no *Congresso da paz e da liberdade*, realizado em Genebra (1867) sob a presidência de Garibaldi, tornando-se um dos principais fundadores da *Liga da Paz e da Liberdade* e redactor do periódico *Estados Unidos da Europa*, órgão da Liga. Além de numerosos escritos políticos, jurídicos, económicos e filosóficos devemos salientar as obras *Determinar as bases de uma organização federal da Europa* (1869) e a *Questão Social* (1871), ambas importantes no contexto dos Congressos de Lausanne. A obra *Estados Unidos da Europa* (1874), aparece na sequência de ocupar a vice-presidência da Liga.

⁹⁹ Sebastião de Magalhães Lima, *Os Estados Unidos da Europa. A morte de dois inimigos: episódio da guerra franco-alemã*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1874.

Não conseguimos, como desejávamos, comparar a versão de Magalhães Lima com o original, embora o tivéssemos tentado na Biblioteca Nacional, em Lisboa e Paris. Sabemos, apenas, que existiu um periódico com o nome de *Estados Unidos da Europa* (1867) precisamente sob a direcção de Charles Lemonnier. No entanto, conseguimos apurar que a “obra” de Sebastião de Magalhães Lima não é, propriamente, uma versão dos *Estados Unidos da Europa* de Charles Lemonnier, mas uma tradução. O original intitula-se: *Les États-Unis d'Europe*, Paris, Place des Victoires, 1872. Não obstante a falta de originalidade, não deixa de ser interessante a sua divulgação em português, bem como os eventuais contactos entre ambos, na medida em que parece ser evidente que ambos os autores se conheciam bem, facto demonstrado até pela inclusão de páginas inéditas da sua segunda edição numa outra obra sua, *O Livro da Paz*.

¹⁰⁰ Sebastião de Magalhães Lima, *Estados Unidos da Europa*, p. 1.

Este sim, este é o exemplo d'um grande povo. Para ele não existe outro exército que não sejam as milícias, empregadas para a polícia de cada Estado. Enquanto ali se aplicam vantajosamente as forças intelectuais, físicas e morais, nós, o velho mundo europeu continuamos a sacrificar essas forças nas aras de uma prodigalidade insensata.

Prolongar-se-á, porém, semelhante estado de coisas?

Porque é que esta utopia da verdadeira paz; da paz definitiva, da paz permanente, hoje já uma realidade na América, não tomará vulto entre nós?

Acaso seremos nós condenados a falar sempre em justiça, sem nunca a atingir? porventura seremos nós os deserdados do verdadeiro e do belo? pois a nossa civilização há-de afogar-se eternamente no sangue de seus irmãos?

Então que somos nós, selvagens ou civilizados, não teremos nós força suficiente para realizar o justo?

Porque não imitará a Europa o exemplo da Suíça e dos Estados-Unidos?

Qual o seu segredo? Que tem a nossa geração empreendido para fundar a paz definitiva?

Porque se não realizaram as tentativas? Que esperamos pois? Sobretudo que devemos fazer para que esta esperança, do maior bem possível, se torne uma realidade? Em tão breves interrogações reside o plano da nossa obra¹⁰¹.

Começa a obra por uma análise do grande plano de Henrique IV, assim designado por Sully, por ser a primeira tentativa de realizar uma federação europeia, de povos e de governos. Seria uma República Cristã, sob a tutela do Papa, e nela haveria liberdade religiosa, de comércio e independência interior. No entanto, considera Lemonnier, que Henrique IV se esqueceu do essencial: a paz universal teria de fundar-se na inviolabilidade da pessoa humana e não no interesse. Também o projecto do abade de Saint-Pierre não servia a Europa.

Parecia ainda mais frágil do que o anterior, porque menos favorável à liberdade e à justiça. Propõe uma confederação de todos os soberanos mas desligada da ideia de evolução social, e de que a Europa geográfica e política não se altera. Se um simples tratado pode unir potências europeias, não pode, no entanto, fundir essas nações. Os estados não são nem homogêneos nem solidários a ponto de perderem a sua identidade histórica, política e cultural. Como tal, podem unir-se para um fim comum mas não fundir-se. Isso é evidente e isso foi esquecido pelo Abade de Saint-Pierre.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 2.

Constata Lemonnier: “As diferentes potências aliam-se, é verdade, contratam, unem-se em virtude de um simples tratado, mas não se fundem realmente em um mesmo corpo, não formam uma organização nova. Nota-se aqui uma justa posição apenas e não uma verdadeira união. Nenhuma das potências se desarma; nenhuma renuncia explicitamente ao direito de paz e de guerra; acima de todas e de cada uma não se encontra um poder mais forte, independente, que exerça uma acção eficaz e coercitiva”¹⁰².

Em conclusão, e segundo Lemonnier, faltava ao projecto homogeneidade de interesse e de organização, o desarmamento efectivo de cada membro da confederação e a formação de um governo superior que integrasse as finanças e os exércitos. Reconhece, no entanto, ao projecto a virtualidade de estabelecer as bases dos *Estados Unidos da Europa*.

Seria a vez de Kant. Vivendo num tempo de modernidade, novas serão, também, as suas ideias para a Europa. Segundo Lemonnier, enquanto o abade de Saint-Pierre viveu num velho mundo regulado por uma política velha, Kant era filho da revolução e, por isso, não se submetia, como o autor anterior, ao peso da tradição teológica e feudal; conseguia aliar a força do seu génio à modernidade e dar sentido à revolução. Compreendia bem o que era o iluminismo, como essa saída da menoridade, e tornaria fecunda essa maioridade:

Kant teve por si só a força do génio, como também a viva luz de uma consciência recta: melhor do que outros compreendeu e fecundou a ideia da revolução. Kant assistiu ao fim do século do qual o abade de Saint-Pierre não houvera conhecido senão um frouxo e ténue começo. Do fundo do seu gabinete de Koenigsberg viu ele caminhar a longa falange de filósofos, cujo caminho apresentava o surpreendente espectáculo de um novo mundo que então nascia¹⁰³.

Enfrentando os novos tempos, soube encontrar soluções novas para os conflitos que insistiam em continuar; interessava pôr fim à guerra que, só seria eficaz se se fundamentasse em algo superior aos próprios tratados que a todo o momento podiam ser revogados. Assim, ao Direito Internacional teriam que acrescentar-se outras razões que ultrapassassem o domínio coactivo. Daí a pertinência dos *Fundamentos da*

¹⁰² *Idem, ibidem*, p. 7.

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p. 19.

Metafísica dos Costumes: mostrar que, para além da razão legislativa, existia uma razão moral, mais profunda e, por isso, fundamento daquela. Para aquele filósofo, as ideias políticas deviam subordinar-se às ideias morais e que só assim seria possível a paz, uma *Paz Perpétua*. Desta forma, sobre a justiça seria fundada a paz universal e inabalável entre os povos. A preparar esta teoria, surgiu, anteriormente, o opúsculo intitulado *Tentativa filosófica acerca dum projecto de paz perpétua*. A Paz Perpétua, ou mesmo temporária, parecia tardar. Na Europa os conflitos precipitavam-se:

Precipitaram-se porém os acontecimentos. O directório, o consulado, o primeiro império, a santa aliança, a restauração, derramaram trevas, que longe estão de ser dissipadas. A Prússia preparava entre sombras, a assolação de 1871. Presa dos imperadores e dos reis o povo ficou silencioso. Sobre a Alemanha e sobre a França brilhou a república, como um relâmpago. O segundo império mergulhou-nos na máxima abjecção. O resto sabe-se. A guerra rebentou. Para a Alemanha passou, debaixo doutra forma, a corrupção francesa. O povo, ébrio de egoísmo brutal enfeudou-se à altivez cesariana. Triunfou a imoralidade.

A Europa silenciosa e muda consente no roubo da Alsácia e da Lorena. O ódio derramou-se em larga escala. Franceses, ingleses, alemães, italianos, espanhóis: tudo foi dividido pela guerra.

Para onde voou esta folha dourada: tentativa sobre uma paz universal? Onde caiu esta semente? Quando germinará ela? Que aconteceu a Kant? É para ele que temos necessidade de nos voltar. Nem Bismark, nem Bonaparte o derrubaram. Sempre de pé o seu vulto majestoso, olhando e esperando¹⁰⁴.

A guerra parecia fazer parte da natureza humana. Os tratados de paz eram precários, como precária era a justiça alcançada. Para unir povos seria necessário ultrapassar a pura legalidade ou o mero desejo de imitar povos unidos nascentes, como os Estados Unidos da América ou a confederação suíça. Era preciso ir mais além, ou seja, descer ao nível mais profundo que consistia em encontrar fundamentos morais para a paz. Era na consciência humana e não na história que se encontraria a saída. A federação europeia só poderia ser alcançada pela moral. Uma moral universal traduzida na prática republicana pela divisa — Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Vivendo segundo os princípios da moral seria possível uma federação de povos, unidos pelos mesmos fundamentos, vivendo para um mesmo fim. Assim, sem abandonarem os sentimentos de pátria e de patriotismo, sentir-se-iam, simultaneamente,

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 20.

unidos a todos os povos numa vivência cosmopolita que muito poderia contribuir para a verdadeira paz. Uma federação de povos unidos pelos mesmos princípios: eis a solução encontrada pelo filósofo da moral.

Para encontrar uma saída para a crise da Europa lembremos Saint-Simon. O político que procurava, também, em 1796, um Projecto de Paz Perpétua; a reorganização da sociedade europeia; necessidade e meio de reunir os diferentes povos da Europa num só corpo político, garantindo a cada um a sua independência nacional. Segundo aquele autor, a Europa unida do cristianismo medieval perdera-se desde Vestefália. A partir daí as guerras sucediam-se e a paz era precária. Por isso, “o único meio de estabelecer na Europa uma paz duradoura é reunir os povos em uma única organização. (...) Deveriam todas as nações europeias ser governadas, cada uma por um parlamento nacional, concorrendo assim para a formação de um parlamento geral, cuja missão seria decidir acerca dos interesses comuns a toda a sociedade europeia.

Numa palavra, a Europa teria a melhor organização possível, se todas as nações que ela encerra, sendo governadas, cada uma por um parlamento, reconhecessem a supremacia de um parlamento geral, colocado acima de todos os governos nacionais, e investido do poder de julgar as suas contendas. Observada esta fórmula, aliás muito clara e precisa, nada mais nos restaria do que traçar a constituição de um parlamento europeu”¹⁰⁵. Criticando o princípio hereditário da realeza europeia e defendendo a autonomia dos diferentes povos, Lemonnier tinha, ainda, dúvidas, da exequibilidade de um parlamento europeu. Por isso, procurava outra solução para o estabelecimento de uma federação europeia.

Por uma federação europeia

Uma experiência assinalável foi a constituição da *Sociedade da Paz* na Inglaterra, à semelhança do que acontecia na América. Uma paz fundada em princípios religiosos que não podia, por isso mesmo, admitir a guerra. No entanto, esta organização provou não funcionar em momentos de guerra, como aconteceu em 1855, entre a

¹⁰⁵ Saint-Simon, *Projecto de Paz Perpétua*. Citado por Charles Lemonnier, op. cit., p. 24.

França, Inglaterra e Rússia. Continuou os seus esforços, convocando um Congresso para a Paz durante a exposição de Paris e pela publicação do seu órgão de comunicação *O Mensageiro da Paz*, além de outros escritos procurando demonstrar a necessidade da Paz na Europa. Outros congressos europeus aconteceriam todos com o mesmo fim.

O ano de 1867 seria decisivo em termos de Projectos para a Paz. Em Havre surgiria a *União da Paz* por iniciativa de M. Santallier; em Paris formava-se a Liga internacional e permanente da paz e em Génova, durante um desses Congressos para a Paz, nasceria a Liga internacional da paz e da liberdade. A primeira, muito ficou a dever a um dos fundadores, Frederico Passy, que, paralelamente, a difundia no jornal *O Tempo*. Constituída a 3 de Maio do referido ano, continuava os objectivos da Sociedade de Londres, mas, afastando todas as questões sociais, centrava-se, exclusivamente, em defender a paz. Para isso, muito contribuíram nomes como Miguel Chevalier, Arlés Dufour, Padre Jacinto, Martin Paschoud e Izidoro. Prestando grandes serviços à Europa, faltou-lhe, no entanto, perceber que sem constituir um estado jurídico internacional e fundamentar-se na liberdade dos povos, pouco avançaria nos seus objectivos. Caracterizando-se pela neutralidade política, a Liga conseguiria muitos adeptos, sobretudo da burguesia, propagando os grandes princípios da independência, justiça e respeito mútuo das nações, advogando a arbitragem dos conflitos em vez de medidas violentas de guerra. Este movimento cresceria e transformar-se-ia na *Sociedade dos Amigos da Paz*. Paralelamente, a Liga Internacional da Paz e da Liberdade afirmaria, profundamente, um programa político. Charles Lemmonier conta-nos como tudo começou:

No momento em que o incidente do Luxemburgo acabava de abalar a Europa, a 5 de Maio de 1867, o redactor do Phare de la Loire, E. Mangin, propunha nestes termos a reunião dum congresso europeu de paz: Em França permite a lei a reunião de vinte pessoas. Aproveitando-se desta faculdade harmonizar-nos-emos nós em cada centro mais importante, formando clubes, cujos delegados reclamarão, por intermédio da imprensa, a adesão escrita e mesmo motivada dos seus concidadãos. E assim, de posse destes mandatos, destas adesões e destes novos cadernos populares, comparecerão os delegados na sede do congresso, para aí fixar publicamente a base da união dos diferentes povos¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Charles Lemmonier, op. cit., p. 30.

Assim era anunciado o lançamento desta iniciativa para a paz. Iniciativa que se espalharia rapidamente pela Europa conseguindo adeptos de grande relevo¹⁰⁷. Na Suíça organizar-se-ia, imediatamente, um centro internacional do movimento e, assim, se realizaria o primeiro Congresso de Paz e da Liberdade, em Génova, a 9 de Setembro de 1867, sob a presidência de Garibaldi, mostrando, assim, a adesão, também, da Itália¹⁰⁸. Nunca nenhum outro movimento tinha tido uma receptividade tão espantosa¹⁰⁹ e resultados tão visíveis. Logo no primeiro Congresso foram tomadas resoluções em prol dos futuros **Estados Unidos da Europa**:

Considerando que os grandes Estados da Europa se têm mostrado incapazes de conservar a paz, assim como de manter o desenvolvimento regular de todas as forças morais e materiais da sociedade moderna;

Considerando mais que a existência e o aumento dos exércitos permanentes constituindo a guerra no estado latente, são incompatíveis com a liberdade e o bem estar de todas as classes da sociedade e muito principalmente com a classe operária;

O congresso, desejoso de fundar a paz, a democracia e a liberdade:

Decide:

Que seja fundada uma liga de paz e da liberdade, verdadeira federação cosmopolita;

Que seja dever para cada membro desta liga o estabelecimento da opinião pública acerca da verdadeira natureza dos governos, executores da vontade geral, e acerca dos meios de extinguir a ignorância e os prejuízos que hoje alimentam as diferentes guerras;

Que se envidem todos os esforços possíveis afim de operar a substituição dos exércitos permanentes pelas milícias nacionais;

Que se ponha em plena evidência a situação das classes laboriosas e deserdadas, afim de que o bem estar individual e geral, venha consolidar a liberdade política dos cidadãos;

¹⁰⁷ Devemos salientar os nomes de Luis Blanc, Luís Buckner, Victor Hugo, Quinet, Bourdilon, Carnot, Favre, Pelletan, Acollas, Luis Simon, Lemonnier, Littré, entre muitos outros que aderiram a este movimento.

¹⁰⁸ Jollisaint assumiria a presidência efectiva do congresso e Barni a vice-presidência.

¹⁰⁹ É de salientar que o número de votados excedeu os 10. 666 membros e de participantes 60. 000 de todos os países.

Além disto instituirá o congresso ainda um centro permanente, cujo órgão será um jornal franco-alemão, debaixo do seguinte titulo: Os Estados Unidos da Europa¹¹⁰.

Para dar continuidade à ideia dos Estados Unidos da Europa, sairiam logo a seguir ao primeiro Congresso da Paz, dois números do que viria a ser um periódico regular em prol da unidade europeia¹¹¹. O seu título não podia ser mais explícito - *Estados Unidos da Europa* - e era, na prática, o órgão da Liga internacional da paz e da liberdade, tendo como objectivo principal preparar a criação dos futuros Estados Unidos da Europa.

Outros congressos da liga foram, entretanto, acontecendo¹¹². Proclamando os perigos dos exércitos permanentes, necessidade de reformas sociais fundamentadas na liberdade, necessidade de separação entre Igreja e Estado, desejo de constituir uma federação republicana europeia e o reconhecimento dos direitos humanos, económicos, civis, sociais e políticos das mulheres. No âmbito do projecto dos Estados Unidos da Europa é de destacar o terceiro congresso, em Lausanne (1869), sob a presidência de Victor Hugo, que teve como principal finalidade estabelecer as bases de uma organização federal europeia. Vale a pena reflectir sobre os seus resultados:

Considerando que a causa fundamental e permanente do estado de guerra no qual se acha mergulhada a Europa, é a completa ausência de uma instituição jurídica internacional;

Considerando que a primeira condição para que um tribunal internacional substitua por decisões jurídicas as soluções que a guerra e a diplomacia em vão pedem à força

¹¹⁰ Resoluções do primeiro *Congresso para a Paz*, em Génova, 9 de Setembro de 1867. Citado por Charles Lemonnier, op. cit., p. 31.

¹¹¹ O jornal *Estados Unidos da Europa* saíria primeiro em Novembro e Dezembro de 1867, em Berne, e posteriormente, a partir de 6 de Janeiro de 1869, passaria a ter uma periodicidade regular, saindo naquela cidade suíça todos os Domingos, escrito em duas línguas, francesa e alemã, sob a direcção do sr. Vogt. Após uma posterior interrupção de nove meses, passaria a ser um boletim mensal, desta vez tendo como lugar de publicação a cidade de Génova, dirigido por Barni e escrito em língua francesa. Teria nova interrupção em Outubro de 1870, voltando a ser retomado em 1872, desta vez com saída à quinta-feira. Este jornal podia ser assinado na rua Des Savoises, n.º 35, em Génova, pela importância anual de oito francos. Curiosamente, em Portugal também podia ser encontrado ou assinado na Livraria Internacional, em Lisboa, Rua do Arsenal n.º 96.

¹¹² São de referir os seguintes: depois do primeiro, em Génova de 9 a 12 de Setembro, seguiu-se o de Berne de 22 a 26 de Setembro de 1868; em Lausanne de 14 a 18 de Setembro; Em Bale a 18 de Julho de 1870 e novamente em Lausanne de 25 a 29 de Setembro de 1871. É de notar que o quarto congresso estava agendado para Zurich em Setembro daquele ano, mas, em virtude da guerra, não só foi antecipado como, também, deslocado para Bale.

e à astúcia, é que esse tribunal seja directamente eleito e instituído pelo povo, tendo, por regra, as decisões das leis internacionais, votadas por esses mesmos povos;

Considerando que, qualquer que seja a autoridade dum tribunal, a execução das suas decisões, para ser efectiva, deve ser sancionada por uma força coercitiva;

Considerando que uma tal força não pode legitimamente existir, a menos que não seja regulada e constituída pela vontade directa dos povos;

Considerando que o conjunto destas três instituições; uma lei internacional, um tribunal que aplica a lei, e um poder que assegura a execução das decisões deste tribunal, constitui um governo;

O Congresso decide:

Que o único meio de fundar a paz na Europa é a formação de uma federação de povos sob a denominação de Estados Unidos da Europa.

Que o governo desta união deve ser republicano e federativo, isto é, filho da soberania do povo e da autonomia de cada um dos membros da confederação;

Que a constituição deste governo deve ser perfectível;

Que nenhum povo poderá entrar na confederação europeia a menos que não tenha já o pleno exercício:

Do sufrágio universal;

Do direito de votar e de rejeitar o imposto;

Do direito da paz e da guerra;

Do direito de concluir ou de ratificar as alianças políticas ou os tratados de comércio;

Do direito de aperfeiçoar por si mesmo a constituição¹¹³.

Os congressos seguintes iriam aprofundar as resoluções anteriores e desenvolver outras, muito particularmente as questões sociais, seguindo a tradição da revolução europeia de 1789 e o exemplo dos Estados Unidos da América:

¹¹³ *Resoluções do terceiro congresso da paz, em Lausanne* (1869). Citado por Lemonnier, op. cit., p. 32-33.

Este carácter da liga tem sobretudo, por fim, mostrar à sociedade que o espírito dela não é subversivo. A liga não caminha ao acaso. Tem luzes que lhe estabeleceram o caminho. Aqueles que julgarem a liga errónea, devem, pelo menos, prestar homenagem a tão generosa tentativa. Declarando, no seu último congresso, que a questão política, a questão social e a questão moral não tinham outro princípio que não fosse a justiça; e que a justiça de que tantas vezes se fala, não é em si mais do que a aplicação da autonomia e da pessoa, a liga tem a nosso ver, não só encadeado todas as verdades práticas, por ela aceites desde a sua origem, mas até estabelecido, perante o velho princípio da autoridade, o verdadeiro princípio de direito moderno¹¹⁴.

O fim da liga seria a paz, uma paz que devia ir do individual ao universal, uma paz ligada aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade; valores conjugados nessa federação europeia que a liga sonhava criar. Estes não absorviam as pátrias individuais mas uniriam essas pátrias numa república universal¹¹⁵.

Finalmente, o último capítulo da obra aplaudida por Magalhães Lima é sobre os “Estados Unidos da Europa”. Idealizados por Mazzini, proclamados na cena política por Victor Hugo, eram, então, explicados e justificados por Charles Lemonnier. Servindo-se do exemplo americano, mostrava como todos os seus trinta e seis estados mantinham a individualidade embora reunidos num só corpo — a federação. Todos se encontravam unidos pelo laço federal que lhes dava identidade. Mas todos viviam segundo os seus interesses particulares, embora tendo interesses comuns defendidos por um governo geral. Transportando este modelo federal para a Europa o que aconteceria? Em vez de estados particulares apareceriam as nações europeias:

São trinta e seis Estados, que, num só corpo, reúnem a federação americana. Cada um destes Estados forma uma nação à parte: cada um tem as suas fronteiras, cada um o seu parlamento, cada um o seu governo, os seus magistrados, a sua polícia, as suas finanças, a sua bandeira; cada um é regido por leis próprias. E observemos mais: cada um tem a sua milícia; nenhum tem exército. Por mais que entre eles existam diferenças de riqueza, de forças, de população, de território — tem, todavia, cada estado a sua plena independência, e a sua plena autonomia; vivendo cada um a seu modo e do seu trabalho. Nova York tem quatro milhões de habitantes; Rhode-island tem duzentos mil apenas. E como poderá ser isto assim? É que cada um se acha unido aos outros pelo poderoso laço de um

¹¹⁴ Charles Lemonnier, op. cit., p. 34.

¹¹⁵ Dentro deste espírito de fraternidade universal agiu Arnaud Goegg, um dos fundadores da liga, indo pedir auxílio aos Estados Unidos da América na construção dos Estados Unidos da Europa... (1872).

governo federal. Estes trinta e seis estados, estas trinta e seis nações constituem um único povo — *o povo dos Estados Unidos da América*¹¹⁶.

Os Estados Unidos da Europa

Eis o exemplo paradigmático de como seria possível constituir os *Estados Unidos da Europa*. À semelhança dos americanos, cada um dos estados conservaria a sua identidade, sendo apenas ligados pelo laço federal que os uniria interna e externamente. Mas cada um, além de preservar a sua individualidade, manteria, também, os seus interesses específicos, pondo, apenas, em comum o que fosse do interesse geral. Era este, aliás, o significado do federalismo preconizado, que, unindo, não eliminava a soberania dos seus estados. Charles Lemonnier explica bem como os Estados Unidos da Europa poderiam seguir o modelo americano:

Transportemos agora o pensamento, tendo em vista, já se vê, as numerosas modificações, exigidas pelas diferenças dos lugares, dos costumes e das tradições, transportemos da América, para a Europa, a constituição política, cujo esboço acabámos de traçar. Em vez dos Estados particulares, cuja união forma os Estados Unidos da América, pensemos nas principais nações da Europa — a França, a Alemanha, a Itália, a Inglaterra, a Espanha, a Áustria, a Grécia, a Bélgica, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia e Portugal; — suponhamos que estas nações ou algumas delas, como por exemplo a Itália, a França, a Suíça, a Bélgica, a Inglaterra e Portugal estabelecem entre si uma federação análoga à federação americana. Suponhamos ainda que cada uma destas nações, graduando a sua plena autonomia, a sua independência, o seu governo, a sua administração interior, consente em formar um governo geral europeu, ao qual seria confiada a administração dos interesses gerais e comuns da federação, de tal modo que, em vez dos Estados Unidos da América tivéssemos nós os Estados Unidos da Europa. Sobre a dificuldade da execução falaremos mais tarde. Por agora convém que todos nós nos compenetrems da moralidade e da grandeza de semelhante empresa¹¹⁷.

Repare-se no realismo do autor. Os Estados Unidos da Europa eram apresentados como um projecto difícil de realizar. No entanto, o seu modelo era levado até às últimas consequências: um único exército, liberdade de comércio, uma verdadeira união económica, social e política. Todos ganhariam. Poupar-se-iam recursos financeiros e as nações estariam unidas pelos interesses comuns. Naturalmente, a paz

¹¹⁶ Charles Lemonnier, op. cit., p. 36.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 37-38.

seria um resultado dessa união, e, assim, as nações federadas ganhariam em felicidade e riqueza dos seus povos. No entanto muitos obstáculos ainda permaneciam.

A federação europeia encontraria obstáculos ligados a interesses dinásticos, clericais, ignorância popular e orgulho nacional. Os primeiros submetendo o povo ao direito divino, tornava-os dependente de um poder que não servia os interesses dos povos; contrariamente ao direito moderno em que só a consciência deve ser soberana e expressara a sua vontade através do sufrágio universal, no antigo direito - o direito divino - a soberania era real ou imperial. Assim, considerava a hereditariedade do poder contrária ao interesse dos povos que só podiam ser servidos por um governo republicano. Mas esse percurso histórico - político seria demorado e, consequentemente, longínquos seriam, também, os Estados Unidos da Europa¹¹⁸.

Embora os interesses clericais fossem por ele considerados muito menos influentes do que os dinásticos, não deixavam, ainda, de influenciar as consciências humanas. No entanto, à medida que se ia aprofundando a separação entre Igreja e Estado se tornaria menos pesada essa influência, não obstante a Igreja continuasse a tentar interferir nos assuntos estatais¹¹⁹. Mas o autor acreditava na própria evolução da Igreja, que não deixaria de reconhecer as virtudes do liberalismo e de se afastar do ultramontanismo. Mas, não podia deixar de reconhecer o grande peso social da ignorância. O povo era ignorante e, contra este facto, não se encontrava grande saída. Bastava olhar os níveis de instrução pública das nações europeias para constatar esta realidade. França, Espanha, Itália, Áustria, Rússia, Irlanda e Portugal eram algumas das nações referidas, cheias de superstições que abafavam qualquer racionalidade. Assim, e antes de mais, exigia-se um programa de instrução pública:

Vemos que foi a falta de instrução pública o principal elemento da estagnação. É este o facto que nos deve guiar. Os nossos deveres acham-se por si resumidos no seguinte

¹¹⁸ Charles Lemonnier é, tal como Magalhães Lima, um republicano convicto. Por isso, não será de estranhar que a idealização que faz dos Estados Unidos da Europa só possa estar associada à conjugação de estados republicanos. Por isso, e referindo-se, por exemplo, ao caso inglês, ele espera que as ainda monarquias europeias se convertam em repúblicas para, posteriormente, poderem ser constituídas numa federação europeia. Por isso, tem consciência da demora deste projecto em tornar-se realidade embora acabe por admitir que será possível uma união europeia entre nações republicanas e monárquicas, mas, sempre na esperança da mudança...

¹¹⁹ Neste caso, o autor refere-se à encíclica *Syllabus* e ao elenco dos “perigos” do liberalismo.

programa: — *a paz pela liberdade, a liberdade pela instrução*. O primeiro inimigo a combater é a ignorância. Sem o concurso espontâneo dos cidadãos é impossível realizar a evolução política, cujo termo deve ser a criação dos Estados Unidos da Europa. A força de nada vale. A violência é o retrocesso. Um só meio a fará desenvolver — a completa emancipação do indivíduo pelo derramamento da ciência. O começo da ciência está hoje, mais do que em nenhuma outra coisa, na propagação, fundação e desenvolvimento da instrução pública¹²⁰.

No entanto, existia outro obstáculo à concretização dos Estados Unidos da Europa: o orgulho nacional. O estabelecimento da federação europeia encontrava este problema que se confundia com um ilusório patriotismo. Este fanatismo patriótico acabaria por impedir a federação europeia em nome de um amor à pátria, não percebendo que a federação procurava unir os interesses dos seus povos, impedindo o maior dos perigos — a guerra. Um governo europeu tornaria os seus povos muito mais unidos nas causas e cautelosos nas desuniões, conscientes de que as mesmas causariam danos a todos os envolvidos na federação europeia. Uma economia de escala, um único tribunal, fins sociais comuns com diminuição de custos, seriam alguns dos benefícios imediatos dos Estados Unidos da Europa.

Por fim, em conclusão, confessava tal empreendimento político uma utopia mas, por isso mesmo, capaz de transformar-se em realidade:

E a que distância, dirá o leitor, estamos nós desta sublime utopia?

Afoitamente podemos asseverar que nos achamos à distância que muito bem quisermos. A cada um de nós pertence o transformar a utopia em realidade. Não deixemos ao vizinho o cuidado. Compreendamos a sua necessidade ao menos. Se bem nos explicá-mos, o leitor deve ver que o princípio sobre o qual se baseia a fundação dos Estados Unidos da Europa é o mesmo princípio da república, o qual não é outra coisa do que a aplicação da moral.

Sem o ensino dos Estados Unidos da Europa, não pode haver uma educação. sem fazer germinar este princípio em todos os corações, é impossível a justiça, não só para com os nossos operários, como para os nossos mestres, como para os nossos servos. Os Estados Unidos da Europa são a continuação da revolução, não a revolução francesa mas europeia de 1789 a 1791. Nada se fará no futuro que não seja primeiramente precedido dos Estados Unidos da Europa. Deles dependem a liberdade, a fraternidade, a emancipação da

¹²⁰ Charles Lemonnier, op. cit., p. 41-42.

mulher, etc. etc. Trabalhando pela ignorância, pela tirania, pelas dinastias, pela servidão, pelo erro, trabalhamos contra eles. Eles brilham no futuro, ao lado da luz. Afastai-vos das trevas e caminhareis rectamente¹²¹.

Palavras esclarecedoras que bastavam por si mesmas e fazem perceber que, afinal, os Estados Unidos da Europa podiam não ser uma utopia. Só do ponto de vista retórico o autor assim os considerava. Na prática, já os via iniciados nas revoluções europeias e, pouco a pouco, edificados em pequenas, mas importantes, realizações concretas. Sem anular as nacionalidades nem os patriotismos, a federação europeia vai construindo os seus alicerces. Na base estava o sufrágio universal. A federação europeia podia começar quando, apenas, duas nações republicanas se unissem. Aí estaria o princípio dos Estados Unidos da Europa.

Parecia que o projecto de Charles Lemonnier, defendido e apresentado por Sebastião de Magalhães Lima estava concluído. No entanto, outras páginas se seguiriam, também, trazidas em primeira mão para Portugal por este. Curiosamente, fomos encontrá-las numa obra sua *O Livro da Paz*¹²² precisamente no seu final. Uma leitura apressada nem daria conta desse último capítulo intitulado “Os Estados Unidos da Europa”, por aparecer de certa forma desligado do resto da obra. Mas as suas páginas estão lá e dizem ser inéditos da segunda edição da obra daquele autor francês. Isso dá-nos a convicção da importância atribuída por Magalhães Lima àquela “utopia” por um lado, e, por outro, como ele comunicava com o seu autor, ao ponto de conseguir apresentar as últimas “novidades” do projecto.

Uma versão portuguesa dos Estados Unidos da Europa?

Em vez do anterior seguidismo, passava a haver alguma originalidade em português. Duas citações aparecem de início, a primeira de Magalhães Lima: “*E pluribus in unum* (Muitos num). Era esta a nobre divisa dos Estados Unidos da América e será esta a fórmula dos futuros Estados da Europa”¹²³. A segunda de Pierre Leroux:

¹²¹ *Idem, ibidem*, p. 47.

¹²² Sebastião de Magalhães Lima, *O Livro da Paz*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895.

¹²³ *Idem ibidem*, p. 219.

“A humanidade existiu virtualmente antes das nações e existirá depois delas; por isso mesmo que o fim das nações é constituí-la”¹²⁴.

78

As páginas de Lemonnier apresentam as condições indispensáveis à constituição de uma federação, referindo e apreciando os projectos de Lorimer e Bluntschli. A primeira condição para formar uma federação seria a vontade dos governos das nações e dos seus cidadãos. Só a livre adesão é que pode torná-la sólida e duradoura. Depois harmonizar as constituições que proporcionasse entre as nações o adequado laço federal, sempre na perspectiva de que era possível melhorá-las para melhor se adaptarem aos seus povos. Lorimer parecia seguir, sem conhecer, as ideias de Saint-Simon e da Liga internacional da paz e da liberdade. *Apresenta um tratado em que todos os Estados serão convidados a tomar parte*. Reduzindo as forças nacionais de cada estado, estabelecer-se-ia um governo internacional. Por seu lado, Bluntschli admitia uma constituição europeia que integrasse os direitos dos povos e que os estados se pudessem desenvolver livremente. Não concordava com Lorimer na ideia de que exista um povo europeu, semelhante ao americano ou ao suíço. A verdadeira união política não seria possível em povos que desejassem, acima de tudo, afirmar a sua nacionalidade. Criticando esta posição, Charles Lemonnier considerava que era na república e pela república que os povos se realizavam e podiam formar uma federação europeia. As repúblicas federadas são o primeiro passo da constituição dos Estados Unidos da Europa e de um povo unido europeu.

Mas não seria só pela obra *Estados Unidos da Europa* que Sebastião de Magalhães Lima divulgaria aquela ideia. A unidade europeia perpassando toda a sua obra, quase sempre explicitamente, mas por vezes de forma oculta, que só a ligação entre as ideias permite descortinar. Essa presença ausente foi, também, uma forma doutrinária de “pregar” um evangelho político que, muitas vezes, usa outras expressões para significar o mesmo, como é o caso da já citada obra *O livro da Paz*.

Aquele livro, nada pacífico no debate político, vinha divulgar uma ideologia republicana de base, cujos princípios doutrinários se fundamentavam nas ideias de Paz e de Liberdade, que, em última instância conduziam a esses *Estados Unidos da*

¹²⁴ *Ibidem*.

Europa. O próprio título é elucidativo, assim como o prefácio assinado por Émile Arnaud, presidente da Liga da paz e da liberdade, bem revelador das relações próximas entre estes intelectuais. Sebastião de Magalhães Lima estava por dentro da problemática em causa e participava nela. Prova disso são, também, as cartas recebidas de escritores e publicistas da época, que apresenta na obra referida. Esta foi, aliás, dedicada “à memória sacratíssima de Charles Lemonnier, o grande e devotado amigo da paz e da justiça, apóstolo intemerato da federação e glorioso evangelista dos *Estados Unidos da Europa*”¹²⁵.

O livro da Paz, oferecido, dedicado e consagrado a Charles Lemonnier, é, a nosso ver, o resultado da leitura e tradução dos Estados Unidos da Europa daquele autor. Seria, agora sim, a versão em português da obra francesa, que se quer difundir mas, também, adaptar ao caso nacional. O seu prefácio comprova esta tese; assinado por Émile Arnaud que parece fazer de ponte entre as duas nações, unindo-as pelo ideal e por homens que o desejam ver real. Reconhecia que Sebastião de Magalhães Lima usara a obra de Charles Lemonnier como um catecismo político, divulgando-a não só em Portugal como em Espanha, ainda enquanto estudante universitário. Desejava, assim, pôr em prática o ideal dos Estados Unidos da Europa de Carlo Cattaneo e os Povos Unidos da Europa de Victor Hugo, um primeiro estádio dos Povos Unidos da Humanidade. Uma política da paz: “é esta a política de Emanuel Kant, de Victor Hugo, de Charles Lemonnier, de Aurélio Saffi, de Luís Ruchonten, e é esta também a política de Pi y Margall, de Salmeron, de Zorrilla, de Teófilo Braga e de Magalhães Lima. Desejaremos que seja igualmente a dos nossos leitores, e por isso mesmo e graças a eles — a da Europa inteira!”¹²⁶.

Sebastião de Magalhães Lima mostrava, assim, como conhecia de perto Charles Lemonnier; conviveu com ele, em Paris, e apreendeu a essência do seu espírito e da sua obra, à qual, de resto, dedicou a vida. Um apóstolo da paz e da federação entre as nações, única garantia para uma paz duradoura. O primeiro capítulo daquela obra trata da guerra, o maior dos flagelos da humanidade. Era necessária a sua abolição e preservar a paz. Só ela permitia a justiça, liberdade e autonomia dos povos. Fazendo a

¹²⁵ *Idem, ibidem*, dedicatória, p. 5.

¹²⁶ Emile Arnaud, *Prefácio* à obra de Sebastião de Magalhães Lima, p. 9-10.

história do movimento pacífico, citava o exemplo de pessoas e nações que fizeram a paz, os “amigos da paz”, incluindo mulheres que muito contribuíram para aquela causa.

Sebastião de Magalhães Lima não se poupou a veicular as ideias em que acreditava. Parecia fazê-lo como uma missão, e destinado a cumpri-la, ia pregando o seu evangelho político. É esse o sentido da sua obra *A Vida dum Apóstolo*¹²⁷, onde retratou os momentos fundamentais da sua acção política, bem como o seu livro de memórias, *Episódios da Minha Vida*¹²⁸. A estes, e para o tema em questão, devemos juntar um outro, *Terras Santas da Liberdade. França imortal, Portugal Heróico*¹²⁹. Este último, e primeiro a ser escrito, é uma compilação de conferências onde se percebe o envolvimento político de Sebastião de Magalhães Lima. Aqui, era já bem visível, expressamente, a defesa dos Estados Unidos da Europa paralelamente à da unidade dos portugueses na afirmação de Portugal no mundo.

Nos *Episódios da Minha Vida*, este político ia mais longe e aspirava mesmo a uma espécie de Estados Unidos do Mundo, um mundo que precisava de se unir para servir a humanidade, numa fraternidade universal: “Os continentes fraternizam. A Europa é a América, e a América é a Europa. O Pan-Lusitanismo! A confederação entre povos afins será uma resultante lógica da evolução que se desenha já no horizonte como a única solução racional que os acontecimentos hão-de impor¹³⁰.”

Finalmente, *A Vida dum Apóstolo*, um apóstolo da liberdade, igualdade e fraternidade, valores que entendia realizarem-se pela e na República que, tão fervorosamente, pregava¹³¹. Uma República que, unindo-se a outras, formaria uma República Universal. Para este evangelho político muito contribuíram figuras como Anatole de la Forge, Augusto Vaquerie ou Charles Lemonnier, que determinariam o seu pensa-

¹²⁷ Sebastião de Magalhães Lima, *A Vida dum Apóstolo*. Colectânea organizada por Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930.

¹²⁸ Sebastião de Magalhães Lima, *Episódios da minha vida. Viagens, homens e factos*, Lisboa, Livraria Universal de Armando Tavares, 1923.

¹²⁹ Sebastião de Magalhães Lima, *Terras santas da Liberdade. França Imortal, Portugal Heroico*, Lisboa, Sociedade Typográfica Editora, 1917.

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 29.

¹³¹ A este propósito refira-se a obra de Sebastião de Magalhães Lima, *Pela Pátria, Pela República*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha e C^a, 1880.

mento, como o próprio reconheceria: “Quando em 1878 visitei Paris, pela primeira vez, o meu maior desejo e a minha primeira aspiração foi estabelecer relações com alguns desses raros espíritos que a minha imaginação havia preadivinhado à distância”¹³². Segundo o lema “A Paz pela liberdade e por amor da justiça”, seria posto em prática o princípio federativo, ou seja, seriam edificados os Estados Unidos da Europa.

Bibliografia:

- CORVO, João Andrade, *Perigos*, Lisboa, Typografia universal, 1870.
- ENES, António, *A Guerra e a Democracia. Considerações sobre a situação política da Europa*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1870.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *A Vida dum Apóstolo*. Colectânea organizada por Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Episódios da minha vida. Viagens, homens e factos*, Lisboa, Livraria Universal de Armando Tavares, 1923.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *O Livro da Paz*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Os Estados Unidos da Europa. A morte de dois inimigos: episódio da guerra franco-alemã*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1874.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Pela Pátria, Pela República*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha e C^a, 1880.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Terras santas da Liberdade. França Imortal, Portugal Heroico*, Lisboa, Sociedade Typográfica Editora, 1917.

¹³² Sebastião de Magalhães Lima, *A Vida dum Apóstolo*, p. 169.



eBOOK

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011



I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U